

## SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial, com a comercialização de livros e conteúdo por meio da Saraiva S.A. Livresiros Editores (“Editora”), e do segmento de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. (“Livraria”).

A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora da Livraria através da participação direta de 99,98% de suas ações ordinárias. A Editora é empresa controlada pela família “Saraiva”.

A Editora, fundada em 1914, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; e (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Ético Sistema de Ensino (“Ético”) destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando 78% das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de “volta às aulas” no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

A Livraria é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, DVDs, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital. A distribuição é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 102 lojas, sendo 47 do tipo “Mega Store”, 5 no formato “iTown”, 19 “Novas Tradicionais” e 31 tradicionais. As atividades com as franquias foram encerradas em novembro de 2011.

Em 23 de maio de 2011, a Editora constituiu, em associação com Artmed Editora S.A., Atlas S.A. e GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S.A., a sociedade Minha Biblioteca Ltda. (“Minha Biblioteca”). A participação da Editora é de 25% e o controle dessa sociedade é compartilhado entre os empreendedores em conformidade com o Acordo de Sócios.

A Minha Biblioteca é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais (“e-books”) e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Editora compreendem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.
- As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Editora - BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e os resultados consolidados atribuíveis aos acionistas da Editora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e BR GAAP, e o patrimônio líquido e o resultado da Editora, constantes nas demonstrações contábeis individuais em BR GAAP, a Editora optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Base de consolidação e investimentos em controlada e controlada em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, da Livraria e da Minha Biblioteca, encerradas na mesma data-base. O controle é obtido quando a Editora tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, as informações financeiras da Livraria e da Minha Biblioteca são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Para a controlada em conjunto Minha Biblioteca, as demonstrações contábeis são reconhecidas por consolidação proporcional de acordo com a participação societária, combinando a participação em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas com itens similares, linha a linha, nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis da Livraria e da Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora. As transações, os saldos, as receitas e as despesas entre as Empresas são integralmente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Editora, da Livraria e da Minha Biblioteca.

#### a) Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Editora e para a Livraria, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Livraria (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas.

#### b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Editora, da Livraria e da Minha Biblioteca nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

#### c) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos períodos de relatório. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

d) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Editora, pela Livraria e pela Minha Biblioteca são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos adquiridos com a finalidade de realização no curto prazo, mantidos para negociação. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados pelo regime de competência nos resultados dos exercícios, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”. Classificam-se nessa categoria os instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem os ativos financeiros não derivativos com vencimentos definidos adquiridos com a finalidade de realização no vencimento, mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção e subsequentemente pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros para alocação das receitas auferidas até a data do vencimento. A Editora e suas controladas não possuem instrumentos financeiros nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. Os ativos dessa categoria são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos incorridos para sua obtenção e, subsequentemente, pelo valor justo com contrapartida em conta específica do patrimônio líquido. A Editora e suas controladas não possuem instrumentos financeiros nessa categoria.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São considerados nessa categoria os ativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

As compras e vendas regulares dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

A baixa de um ativo financeiro ocorre apenas quando expiram os direitos contratuais provenientes desse ativo, ou quando se transfere o ativo, e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade para outra sociedade.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados inicialmente pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

Compreendem os passivos mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção e, subsequentemente, pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros para alocação das despesas incorridas com juros durante o prazo de vigência dos contratos.

O método da taxa efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período de vigência dos contratos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Custo amortizado é o montante pelo qual o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal e mais as variações monetárias e cambiais e os juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros, e qualquer redução por meio de provisão.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Compreendem as operações com ativos cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de juros específica dos ativos subjacentes, liquidadas em datas futuras. Os ativos derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada período de relatório. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

g) Ativo circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada período do relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos vencidos há mais de 180 dias considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso da Livraria é constituída provisão para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

#### h) Ativo não circulante

- Investimentos

##### Controlada

Os investimentos na Livraria são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com a Livraria é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial e no momento de consolidação.

##### Controlada em conjunto (“joint venture”)

Controlada em conjunto (“joint venture”) é um acordo contratual através do qual o exercício de uma atividade econômica está sujeito a um controle compartilhado, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

A participação da Editora nos ativos controlados em conjunto e em quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações contábeis da sociedade controlada em conjunto e classificada de acordo com sua natureza.

Os investimentos na Minha Biblioteca são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e por consolidação proporcional, de acordo com a participação societária, combinando a participação em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas com itens similares, linha a linha, nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Editora e da Livraria são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- Intangível

Adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pela Livraria quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

Gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

#### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

- **Ágio**

A partir do exercício de 2010, o ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação. Nos exercícios de 2011 e de 2010, não foram realizadas novas aquisições que resultassem na aplicação da combinação de negócios.

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, passando a ser submetido ao teste de recuperação em bases periódicas.

A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil do ágio é realizada através da sua alocação às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo as operações do Ético e as lojas adquiridas da Siciliano S.A. ("Siciliano"). Para os casos em que o valor recuperável da UGC é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável, reduzindo primeiramente o valor do ágio e, subsequentemente, o valor dos demais ativos da UGC. A perda é reconhecida no resultado e não será revertida em exercícios seguintes.

O ágio é testado anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação.

- **Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, exceto o ágio**

Os bens do imobilizado, do intangível com vida útil definida e, quando aplicável, de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas do valor recuperável, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar superior ao seu valor de recuperação. Somente para os ativos com indicação de perda de valor recuperável verificada através dos indicadores de desempenho operacional e financeiro definidos pela Administração será realizado o teste de redução ao valor recuperável.



A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos imobilizado e intangível é realizada através da sua alocação às UGCs, que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo a operação da Editora, as lojas e o “site” Saraiva.com da Livraria. Para os casos em que o valor recuperável da UGC é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. A perda é reconhecida no resultado do exercício em que foi identificada.

i) Passivos circulante e não circulante

- Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada período de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas dos balanços e estão vinculados a operações de “swap”, registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

- Direitos autorais

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento do exercício.

A provisão é registrada quando a perda é julgada provável e pelo seu montante estimado de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e da Livraria. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20.

Os passivos contingentes não são reconhecidos, entretanto, são divulgados, exceto se for remota a possibilidade de uma saída de recursos para a liquidação das obrigações relacionadas.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

j) Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes

Registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

k) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

l) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Livraria e sobre diferenças temporárias da Editora e da Livraria. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL e estão apresentados no ativo e passivo não circulante.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

m) Receita diferida

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização é registrada na rubrica “Receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

n) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e da Livraria é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 21.e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. No encerramento de cada período de relatório, a Administração revisa as estimativas, e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado dos períodos de relatório, refletindo as estimativas revisadas.

o) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”.

p) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 28.

q) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

r) Novas normas e alterações e interpretações de normas

O CPC ainda não editou os pronunciamentos e as modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas vigentes em 31 de dezembro de 2011

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Editora:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	01/02/10
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	01/01/11
IFRIC 19	Liquidação de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio	01/07/10
IFRIC 13	Programa de fidelidade de clientes	01/07/10
Modificações à IAS 24	Divulgação de partes relacionadas	01/01/11

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor a partir de 1º de julho de 2011 e que não foram adotadas antecipadamente

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em ou após 1º de julho de 2011, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	01/07/11
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	01/07/11
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros	01/01/13

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IAS 1	Apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”	01/07/12
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	01/01/12
Modificações à IAS 19	Benefícios a empregados - elimina o método “corredor” e orienta registrar os impactos de remensuração do plano de benefícios diretamente em resultado abrangente, além de outras melhorias	01/01/13
“Package of five”	IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas (substitui o guia de consolidação da IAS 27 e SIC 12); IFRS 11 - empreendimentos em conjunto (substitui a IAS 31); IFRS 12 - divulgação de participação em outras entidades; modificações à IAS 27; e modificações à IAS 28 para alinhar com os pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12	01/01/13
IFRS 13	Mensuração de valor justo - substitui os guias existentes sobre mensuração de valor justo nas IFRSs por um pronunciamento único	01/01/13

#### 4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A elaboração das demonstrações contábeis requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

##### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Os itens dos ativos do imobilizado e intangível, com prazo de vida útil definida, que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado.

b) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das referidas UGCs e a taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

c) Provisão para perdas realizadas nos inventários da Livraria

A provisão para perdas é estimada com base no histórico de perdas verificado na execução dos inventários físicos das lojas e dos Centros de Distribuição, a fim de cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos dos inventários físicos.

d) Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso da Livraria, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas. No caso da Editora, o valor correspondente ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado é reconhecido diretamente ao resultado.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas constituída sobre os recebíveis é estimada com base na probabilidade de recebimento, com base no histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão constituída para processos judiciais que representam perdas prováveis é estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos advogados externos da Editora e da Livraria.

g) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

h) Programa de fidelização de clientes da Livraria

De acordo com o regulamento do Programa vigente a partir de 1º de abril de 2011, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente tem direito a R\$15,00 de desconto em compras em qualquer loja e no “site” da Livraria, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses. Foi preservado o direito ao desconto de R\$15,00 para todos os clientes detentores da pontuação prevista no regulamento vigente até 31 de março de 2011.

O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização e outra relacionada à expectativa de quebra, as quais são amortizadas proporcionalmente à utilização real dos pontos.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos - conta movimento	1.079	471	14.352	7.790
Aplicações financeiras (*)	<u>83.545</u>	<u>58.201</u>	<u>87.257</u>	<u>58.201</u>
	<u>84.624</u>	<u>58.672</u>	<u>101.609</u>	<u>65.991</u>

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam entre 100% e 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Duplicatas a receber	81.858	69.672	87.936	74.473
Duplicatas a receber - Livraria	13.227	8.406	-	-
Cartões de crédito	89	56	285.857	210.799
Cheques a receber	<u>4.736</u>	<u>5.065</u>	<u>4.940</u>	<u>6.551</u>
	99.910	83.199	378.733	291.823
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.496)</u>	<u>(3.432)</u>	<u>(3.596)</u>	<u>(6.915)</u>
	<u>97.414</u>	<u>79.767</u>	<u>375.137</u>	<u>284.908</u>

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora (“duplicatas a receber”) é de 71 dias e da Livraria é de 57 dias.

Nenhum cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período de relatório é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
A vencer	92.062	76.404	368.639	281.267
Vencidos:				
Até 60 dias	2.791	1.671	3.315	1.926
De 61 a 90 dias	847	542	918	552
De 91 a 180 dias	571	1.150	649	1.163
Acima de 180 dias	3.639	3.432	5.212	6.915
	<u>99.910</u>	<u>83.199</u>	<u>378.733</u>	<u>291.823</u>

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldos no início do exercício	(3.432)	(1.909)	(6.915)	(6.852)
Baixa dos créditos				
considerados irrecuperáveis	2.724	1.544	5.972	4.339
Créditos considerados				
irrecuperáveis no exercício	(1.918)	(2.724)	(2.843)	(3.953)
Reversão de provisão de				
exercício anterior	708	365	943	494
Provisão do exercício	<u>(578)</u>	<u>(708)</u>	<u>(753)</u>	<u>(943)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(2.496)</u>	<u>(3.432)</u>	<u>(3.596)</u>	<u>(6.915)</u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Créditos considerados irrecuperáveis				
no exercício	(1.918)	(2.724)	(2.843)	(3.953)
Provisão do exercício líquida da reversão				
de provisão de exercício anterior	130	(343)	190	(449)
Recuperação de créditos considerados				
irrecuperáveis	<u>279</u>	<u>308</u>	<u>302</u>	<u>342</u>
	<u>(1.509)</u>	<u>(2.759)</u>	<u>(2.351)</u>	<u>(4.060)</u>



## 7. ESTOQUES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Mercadorias para revenda	692	579	263.628	241.370
Produtos acabados	69.506	62.677	69.506	62.677
Produtos em elaboração	50.827	42.449	50.827	42.449
Matérias-primas	11.358	13.368	11.358	13.368
Materiais de embalagem e consumo	909	748	3.110	2.210
	<u>133.292</u>	<u>119.821</u>	<u>398.429</u>	<u>362.074</u>
Provisão para obsolescência	-	-	(323)	(157)
Lucro não realizado nos estoques (venda da Editora para a Livraria)	-	-	(7.656)	(5.987)
	<u>133.292</u>	<u>119.821</u>	<u>390.450</u>	<u>355.930</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	170.128	129.918	1.080.230	886.269
Despesas operacionais	6.855	7.731	8.441	8.963
	<u>176.983</u>	<u>137.649</u>	<u>1.088.671</u>	<u>895.232</u>

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.078	4.963	47.403	33.737
Programa de Integração Social - PIS	742	1.732	10.150	8.633
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	3.052	2.792
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	635	199	1.837	1.394
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	172	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	12	-	54.526	35.229
Outros	10	10	79	10
	<u>8.477</u>	<u>6.904</u>	<u>117.219</u>	<u>81.795</u>
Ativo circulante	8.477	6.904	81.961	63.907
Ativo não circulante	-	-	35.258	17.888
	<u>8.477</u>	<u>6.904</u>	<u>117.219</u>	<u>81.795</u>

(\*) A partir de 2008, o regime de substituição tributária de ICMS vigente no Estado de São Paulo passou a enquadrar grande parte dos produtos comercializados por diversas empresas do segmento de varejo, exigindo a adoção de procedimentos específicos para a adequada manutenção de registros fiscais necessários à recuperação de créditos gerados em operações realizadas para fora do território paulista.

Parte dos produtos comercializados pela Livraria está sujeita ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes, sendo os produtos enquadrados como segue:

- Produtos de áudio e vídeo - a partir de abril de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a “games” - a partir de setembro de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a consoles - a partir de maio de 2009.
- Produtos de papelaria e brinquedos - a partir de maio de 2009.
- Produtos de informática, telefonia e eletroeletrônicos - a partir de junho de 2009.

Por esse regime, o ICMS devido nas operações de venda da Livraria é pago antecipadamente na aquisição das mercadorias e registrado como custo do estoque no pressuposto de que as vendas a não contribuintes do ICMS ocorrerão no Estado de São Paulo. Nas operações de transferência dessas mercadorias dos Centros de Distribuição, localizados em São Paulo, para as lojas estabelecidas em outros Estados da Federação, o ICMS pago antecipadamente transforma-se em crédito de imposto a ser ressarcido com o Estado de São Paulo, nos termos previstos na legislação estadual.

O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativos legais previstos no Regulamento do ICMS-SP, Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que exige, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos formatos exigidos.

A apuração dos créditos requer, ainda, um minucioso trabalho de certificação dos dados históricos obtidos atualmente com os mesmos dados apresentados em outras obrigações fiscais transmitidas à época dos períodos de enquadramento dos produtos e a preparação de relatórios e mídias com arquivos magnéticos que serão submetidos à avaliação das autoridades fiscais no processo de ressarcimento.

A Administração iniciou, em 2010, todo o esforço necessário para que os valores sejam apurados e homologados com sucesso, o que inclui: (a) discussões com entidades de classe e órgãos da administração pública; (b) contratação de consultoria especializada; e (c) investimentos em tecnologia e recursos humanos.

Em 12 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto nº 57.608, que estabelece a possibilidade de requerer Regime Especial para tornar os Centros de Distribuição localizados no Estado de São Paulo, que atualmente acumulam créditos nas operações de abastecimento da rede de lojas de outros Estados, em agentes responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes.

Por meio do Regime Especial, as operações de abastecimento das lojas localizadas em outros Estados deixarão de acumular créditos de ICMS nos Centros de Distribuição, e os créditos acumulados em períodos anteriores, observados os dispositivos legais da Portaria CAT nº 17/99, poderão ser compensados na escrita fiscal em até 36 meses, com o ICMS relativo às operações submetidas ao regime comum de tributação.

A concessão do Regime Especial requer a adoção de procedimentos operacionais internos para o atendimento de novas obrigações acessórias e adaptações nos registros fiscais das operações. Os procedimentos e adaptações necessárias para viabilizar o pedido de concessão de Regime Especial em 2012 foram iniciados imediatamente após a publicação do Decreto.

O valor estimado do crédito de ICMS acumulado entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 e que será compensado na escrita fiscal a partir da data de concessão do Regime Especial é de R\$46.892. O valor do crédito para as operações realizadas em 2008 e 2009 ainda está em fase de levantamento e poderá ser razoavelmente conhecido quando forem concluídas as atividades de apuração.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Ativo não circulante:</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	26.198	14.638
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	550	662	5.113	4.556
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	4	52	7.986	14.975
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	2.278	2.589
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	110	54
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	196	241	212	1.081
Outras provisões	1.147	821	1.147	1.122
	<u>1.897</u>	<u>1.776</u>	<u>43.044</u>	<u>39.015</u>
<b>Passivo não circulante:</b>				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	7.956	7.169	19.240	17.990
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	3.580	2.395	19.814	13.240
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Perda não realizada em operação de "swap"	-	-	2.710	-
Outros	3	3	3	3
	<u>17.349</u>	<u>15.377</u>	<u>47.577</u>	<u>37.043</u>

(\*) A Editora e a Livraria, com base na opinião de seus advogados externos, consideraram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas; em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias da Livraria, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

<u>Data de encerramento do período de relatório</u>	<u>Realização do ativo fiscal diferido da Livraria</u>
31 de dezembro de 2012	5.901
31 de dezembro de 2013	9.794
31 de dezembro de 2014	6.614
31 de dezembro de 2015	9.023
31 de dezembro de 2016	<u>9.815</u>
	<u>41.147</u>

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	85.004	81.130	89.659	84.558
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(28.901)	(27.584)	(30.484)	(28.750)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(1.262)	(1.160)	(1.586)	(1.408)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.009	1.684	-	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.296	7.444	8.296	7.444
Lucro não realizado nos estoques da Livraria	-	-	(568)	(377)
Outros itens	<u>(226)</u>	<u>(492)</u>	<u>(396)</u>	<u>(444)</u>
	<u>(20.084)</u>	<u>(20.108)</u>	<u>(24.738)</u>	<u>(23.535)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(18.233)	(18.687)	(18.233)	(19.305)
Diferidos	<u>(1.851)</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(6.505)</u>	<u>(4.230)</u>
	<u>(20.084)</u>	<u>(20.108)</u>	<u>(24.738)</u>	<u>(23.535)</u>
Aliquota efetiva sobre o lucro líquido	<u>23.63%</u>	<u>24.78%</u>	<u>27.59%</u>	<u>27.83%</u>

- c) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Editora e a Livraria optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL e da contribuição para o PIS e a COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07, foram registrados nas demonstrações contábeis da Editora e da Livraria, quando aplicável, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributo sobre o Lucro (IAS 37). A Editora e a Livraria manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

## 10. PARTES RELACIONADAS

- a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Livraria - empresa controlada.
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas.

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para a Livraria são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber ocorre com a transferência de recursos financeiros da Livraria para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

Os empréstimos obtidos com e/ou concedidos para a Livraria possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 101% da variação do CDI.

Em 1º de junho de 2011, a Editora integralizou a totalidade dos empréstimos de mútuo como aumento de capital na Livraria.

A movimentação dos empréstimos concedidos à Livraria é como segue:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldos no início do exercício	16.550	6.964
Empréstimos concedidos		
líquidos dos recebimentos	63.936	8.098
Transferência - aumento de capital	(30.000)	-
Receitas financeiras	<u>1.824</u>	<u>1.488</u>
Saldos no fim do exercício	<u>52.310</u>	<u>16.550</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com a Livraria é como segue:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldos no início do exercício	-	-
Empréstimos obtidos	38.943	-
Pagamentos efetuados	(39.404)	-
Despesas financeiras	461	-
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Os principais saldos e transações com a Livraria são como segue:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante)	13.227	8.375
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	52.310	16.550
Passivo:		
Fornecedores (circulante)	5	31
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Transações:		
Vendas de produtos	50.033	47.508
Compras de mercadorias	454	104
Receitas financeiras	1.824	1.488
Despesas financeiras	461	132

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas doações no montante de R\$800 (R\$500 em 31 de dezembro de 2010).

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

A remuneração dos diretores e membros do Conselho de Administração é como segue:

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Remuneração</u>				
Salários do Conselho de Administração	1.887	1.897	2.887	2.944
Salários da diretoria	4.281	3.996	8.684	7.708
Subtotal	6.168	5.893	11.571	10.652
Participação nos lucros	4.620	5.485	4.620	5.485
Remuneração baseada em ações	784	1.234	784	1.234
	<u>11.572</u>	<u>12.612</u>	<u>16.975</u>	<u>17.371</u>

A Editora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Editora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% do lucro.

## 11. INVESTIMENTOS

A participação nas controladas e suas principais informações são como segue:

	31/12/11			31/12/10
	Saraiva e Siciliano S.A.	Minha Biblioteca Ltda.(*)	Total	Saraiva e Siciliano S.A.
Quantidade de ações do capital social - milhares	216.490	250		193.053
Quantidade de ações possuídas - milhares	216.450	250		193.013
Participação no capital social	99,98%	100,00%		99,98%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	70,59%	0,02%		60,39%
Capital social atualizado	326.317	250		296.317
Patrimônio líquido	284.461	95	284.556	246.727
(-) Lucro não realizado nos estoques da Livraria	(7.656)	-	(7.656)	(5.987)
Base de cálculo do investimento	<u>276.805</u>	<u>95</u>	<u>276.900</u>	<u>240.740</u>
Valor total do investimento	<u>276.752</u>	<u>95</u>	<u>276.847</u>	<u>240.689</u>

(\*) Controle compartilhado - "joint venture"

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro líquido da Livraria	7.734	6.063
Prejuízo líquido da Minha Biblioteca	(155)	-
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para a Livraria	(1.669)	(1.108)
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>5.910</u>	<u>4.955</u>
Equivalência patrimonial	<u>5.908</u>	<u>4.954</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10
Saldo no início do exercício	240.689	235.722
Aumento de capital na Livraria com recurso de empréstimo de mútuo	30.000	-
Aquisição de ações não controladora	-	13
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	250	-
Lucro não realizado nos estoques da Livraria	(1.669)	(1.108)
Participação no resultado da Livraria	7.732	6.062
Participação no resultado da Minha Biblioteca	(155)	-
Saldo no fim do exercício	<u>276.847</u>	<u>240.689</u>

As principais informações da Livraria e da Minha Biblioteca são como segue:

	Livraria		Minha Biblioteca	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo total	941.993	764.691	104	-
Passivo circulante e não circulante	657.532	517.964	9	-
Patrimônio líquido	284.461	246.727	95	-
Receitas líquidas	1.441.821	1.196.954	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	7.734	6.063	(155)	-



## 12. IMOBILIZADO

Editora - BR GAAP							
	Taxa anual de depreciação - %	31/12/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	-	18.527	18.527	-	18.527
Edifícios e construções	4	7.987	(4.290)	3.697	7.361	(3.996)	3.365
Máquinas e equipamentos	10	1.881	(1.637)	244	1.913	(1.631)	282
Móveis, utensílios e instalações	10	19.156	(12.985)	6.171	18.263	(11.519)	6.744
Veículos	20	8.628	(4.807)	3.821	6.753	(3.794)	2.959
Equipamentos de informática	20	14.664	(11.146)	3.518	13.542	(10.551)	2.991
Imobilizado arrendado	20	828	-	828	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	124	-	124	126	-	126
		<u>71.795</u>	<u>(34.865)</u>	<u>36.930</u>	<u>66.485</u>	<u>(31.491)</u>	<u>34.994</u>

  

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	Taxa anual de depreciação - %	31/12/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	18.530	-	18.530	18.530	-	18.530
Edifícios e construções	4	9.428	(5.199)	4.229	8.802	(4.849)	3.953
Máquinas e equipamentos	10	2.872	(2.491)	381	2.914	(2.465)	449
Móveis, utensílios e instalações	10	210.277	(126.790)	83.487	182.996	(103.513)	79.483
Veículos	20	9.537	(5.226)	4.311	7.373	(4.092)	3.281
Equipamentos de informática	20	46.995	(32.381)	14.614	42.738	(29.298)	13.440
Imobilizado arrendado	20	2.857	-	2.857	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	1.826	-	1.826	5.595	-	5.595
		<u>302.322</u>	<u>(172.087)</u>	<u>130.235</u>	<u>268.948</u>	<u>(144.217)</u>	<u>124.731</u>

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP									
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11
Custo:									
Terrenos	18.527	-	-	-	18.527	-	-	-	18.527
Edifícios e construções	7.361	-	-	-	7.361	626	-	-	7.987
Máquinas e equipamentos	1.916	2	(5)	-	1.913	39	(71)	-	1.881
Móveis, utensílios e instalações	16.159	1.555	(850)	1.399	18.263	844	(11)	60	19.156
Veículos	6.485	652	(384)	-	6.753	2.174	(299)	-	8.628
Equipamentos de informática	12.843	1.165	(466)	-	13.542	1.690	(568)	-	14.664
Imobilizado arrendado	-	-	-	-	-	828	-	-	828
Imobilizado em andamento	1.091	434	-	(1.399)	126	58	-	(60)	124
Total do custo	<u>64.382</u>	<u>3.808</u>	<u>(1.705)</u>	<u>-</u>	<u>66.485</u>	<u>6.259</u>	<u>(949)</u>	<u>-</u>	<u>71.795</u>
Depreciação acumulada:									
Edifícios e construções	(3.704)	(292)	-	-	(3.996)	(294)	-	-	(4.290)
Máquinas e equipamentos	(1.538)	(98)	5	-	(1.631)	(76)	70	-	(1.637)
Móveis, utensílios e instalações	(10.431)	(1.240)	152	-	(11.519)	(1.475)	9	-	(12.985)
Veículos	(3.031)	(1.062)	299	-	(3.794)	(1.206)	193	-	(4.807)
Equipamentos de informática	(10.014)	(972)	435	-	(10.551)	(1.157)	562	-	(11.146)
Total da depreciação	<u>(28.718)</u>	<u>(3.664)</u>	<u>891</u>	<u>-</u>	<u>(31.491)</u>	<u>(4.208)</u>	<u>834</u>	<u>-</u>	<u>(34.865)</u>
Valor líquido	<u>35.664</u>	<u>144</u>	<u>(814)</u>	<u>-</u>	<u>34.994</u>	<u>2.051</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>36.930</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP									
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11
Custo:									
Terrenos	18.530	-	-	-	18.530	-	-	-	18.530
Edifícios e construções	8.802	-	-	-	8.802	626	-	-	9.428
Máquinas e equipamentos	2.917	2	(5)	-	2.914	39	(81)	-	2.872
Móveis, utensílios e instalações	159.966	2.532	(5.142)	25.640	182.996	16.140	(510)	11.651	210.277
Veículos	7.250	845	(722)	-	7.373	2.519	(355)	-	9.537
Equipamentos de informática	37.240	1.165	(662)	4.995	42.738	5.176	(1.570)	651	46.995
Imobilizado arrendado	-	-	-	-	-	2.857	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	11.062	25.168	-	(30.635)	5.595	8.432	-	(12.201)	1.826
Total do custo	<u>245.767</u>	<u>29.712</u>	<u>(6.531)</u>	<u>-</u>	<u>268.948</u>	<u>35.789</u>	<u>(2.516)</u>	<u>101</u>	<u>302.322</u>
Depreciação acumulada:									
Edifícios e construções	(4.501)	(348)	-	-	(4.849)	(350)	-	-	(5.199)
Máquinas e equipamentos	(2.337)	(133)	5	-	(2.465)	(106)	80	-	(2.491)
Móveis, utensílios e instalações	(87.916)	(19.831)	4.234	-	(103.513)	(23.715)	438	-	(126.790)
Veículos	(3.476)	(1.183)	567	-	(4.092)	(1.344)	210	-	(5.226)
Equipamentos de informática	(26.117)	(3.787)	606	-	(29.298)	(4.639)	1.556	-	(32.381)
Total da depreciação	<u>(124.347)</u>	<u>(25.282)</u>	<u>5.412</u>	<u>-</u>	<u>(144.217)</u>	<u>(30.154)</u>	<u>2.284</u>	<u>-</u>	<u>(172.087)</u>
Valor líquido	<u>121.420</u>	<u>4.430</u>	<u>(1.119)</u>	<u>-</u>	<u>124.731</u>	<u>5.635</u>	<u>(232)</u>	<u>101</u>	<u>130.235</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 4. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

#### Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$2.857.

### 13. INTANGÍVEL

Editora - BR GAAP							
Taxa anual de amortização - %	31/12/11			31/12/10			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Cessão de direitos	20	3.392	(2.171)	1.221	2.932	(1.992)	940
Software	20	19.958	(15.256)	4.702	16.976	(13.995)	2.981
Marcas e patentes	-	188	-	188	188	-	188
Outros intangíveis	20	1.722	(1.034)	688	1.722	(690)	1.032
Intangível em andamento	-	2.719	-	2.719	2.026	-	2.026
		<u>27.979</u>	<u>(18.461)</u>	<u>9.518</u>	<u>23.844</u>	<u>(16.677)</u>	<u>7.167</u>

		Consolidado - IFRS e BR GAAP					
		31/12/11			31/12/10		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Cessão comercial	20	32.698	(23.534)	9.164	25.732	(22.812)	2.920
Cessão de direitos	20	3.392	(2.171)	1.221	2.932	(1.992)	940
Software	20	46.054	(27.350)	18.704	32.404	(24.401)	8.003
Marcas e patentes	-	323	(66)	257	323	(65)	258
Outros intangíveis	20	1.722	(1.034)	688	1.722	(690)	1.032
Intangível arrendado	20	1.215	(266)	949	1.139	-	1.139
Intangível em andamento	-	<u>21.010</u>	<u>-</u>	<u>21.010</u>	<u>13.329</u>	<u>-</u>	<u>13.329</u>
		<u>106.414</u>	<u>(54.421)</u>	<u>51.993</u>	<u>77.581</u>	<u>(49.960)</u>	<u>27.621</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP									
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11
Custo:									
Cessão de direitos	2.932	-	-	-	2.932	460	-	-	3.392
Software	15.149	1.716	-	111	16.976	2.211	-	771	19.958
Marcas e patentes	188	-	-	-	188	-	-	-	188
Outros	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	1.722
Intangível em andamento	<u>2.137</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(111)</u>	<u>2.026</u>	<u>1.464</u>	<u>-</u>	<u>(771)</u>	<u>2.719</u>
Total do custo	<u>22.128</u>	<u>1.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.844</u>	<u>4.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.979</u>
Amortização acumulada:									
Cessão de direitos	(1.792)	(200)	-	-	(1.992)	(179)	-	-	(2.171)
Software	(13.091)	(1.250)	-	346	(13.995)	(1.261)	-	-	(15.256)
Outros	<u>(344)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(346)</u>	<u>(690)</u>	<u>(344)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.034)</u>
Total da amortização	<u>(15.227)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.677)</u>	<u>(1.784)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.461)</u>
Valor líquido	<u>6.901</u>	<u>266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.167</u>	<u>2.351</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.518</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP									
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11
Custo:									
Cessão comercial	25.952	400	(620)	-	25.732	-	(458)	7.424	32.698
Cessão de direitos	2.932	-	-	-	2.932	460	-	-	3.392
Software	27.395	5.009	-	-	32.404	3.322	-	10.328	46.054
Marcas e patentes	323	-	-	-	323	-	-	-	323
Outros intangíveis	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	1.722
Intangível arrendado	-	1.139	-	-	1.139	76	-	-	1.215
Intangível em andamento	<u>6.309</u>	<u>7.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.329</u>	<u>25.534</u>	<u>-</u>	<u>(17.853)</u>	<u>21.010</u>
Total do custo	<u>64.633</u>	<u>13.568</u>	<u>(620)</u>	<u>-</u>	<u>77.581</u>	<u>29.392</u>	<u>(458)</u>	<u>(101)</u>	<u>106.414</u>
Amortização acumulada:									
Cessão comercial	(22.665)	(767)	620	-	(22.812)	(985)	263	-	(23.534)
Cessão de direitos	(1.792)	(200)	-	-	(1.992)	(179)	-	-	(2.171)
Software	(22.133)	(2.614)	-	346	(24.401)	(2.949)	-	-	(27.350)
Marcas e patentes	(64)	-	-	-	(65)	(1)	-	-	(66)
Outros intangíveis	(344)	-	-	(346)	(690)	(344)	-	-	(1.034)
Intangível arrendado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(266)</u>
Total da amortização	<u>(46.998)</u>	<u>(3.581)</u>	<u>620</u>	<u>-</u>	<u>(49.960)</u>	<u>(4.724)</u>	<u>263</u>	<u>-</u>	<u>(54.421)</u>
Valor líquido	<u>17.635</u>	<u>9.987</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.621</u>	<u>24.668</u>	<u>(195)</u>	<u>(101)</u>	<u>51.993</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 4. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

#### Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$949 (R\$1.139 em 2010).

#### 14. ÁGIO

		<u>Editora - BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	<u>14.526</u>	<u>14.526</u>
		<u>14.596</u>	<u>14.596</u>
		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	14.526	14.526
Siciliano	06/03/08	<u>62.671</u>	<u>62.671</u>
		<u>77.267</u>	<u>77.267</u>

Os testes de recuperação são realizados anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação, conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 4.

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes UGCs: lojas adquiridas da Siciliano e operações do Ético.

#### Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal ("Weighted Average Cost of Capital - WACC") de 14,7% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2012 a 2016 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,2%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

### Ético

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”) de 11,2% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2012 a 2016 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes do Ético.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no plano de negócios do Ético, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico do Ético, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,2%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a

exceder o valor recuperável total das UGCs. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram baixas do ágio ao resultado.

#### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	128.760	69.917	237.041	154.449
Empréstimos para capital de giro	-	-	74.784	85.424
Arrendamento financeiro	857	-	4.219	1.139
	<u>129.617</u>	<u>69.917</u>	<u>316.044</u>	<u>241.012</u>
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	-	59.692	-
	<u>129.617</u>	<u>69.917</u>	<u>375.736</u>	<u>241.012</u>
Passivo circulante	38.205	3.486	117.872	96.875
Passivo não circulante	<u>91.412</u>	<u>66.431</u>	<u>257.864</u>	<u>144.137</u>
	<u>129.617</u>	<u>69.917</u>	<u>375.736</u>	<u>241.012</u>

## Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	Finalidade	Garantias	Vencimento	Encargos
<b>Editora:</b>				
BNDES - FINEM - contrato de fevereiro/2009 subcréditos E/F	Plano editorial - 2008/2010 / capital de giro	Não há	Setembro/2014	2,32% a.a. + TJLP (a)
BNDES - FINEM - contrato de fevereiro/2009 subcréditos A/B/C/D	Plano editorial - 2008/2010 / capital de giro	Não há	Setembro/2014	2,32% a.a. + taxa BNDES (b)
BNDES - PROCULT - contrato de setembro/2011 subcréditos A/B/C	Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	Não há	Setembro/2016	2,76% a.a. + TJLP
SG Equipment Finance S/A	Aquisição de software e hardware	Bem arrendado e Nota promissória	Junho 2015	Variação do CDI
<b>Livraria:</b>				
BNDES - FINEM - contrato de novembro/2006	Projetos de investimento na abertura de 11 lojas, reforma e modernização de 19 lojas da rede e centralização das operações de logística	Aval da Editora	Maio/2012	3,1% a.a. + TJLP (a)
BNDES - FINEM - contrato de fevereiro/2009 subcréditos A/B/C	Expansão da rede de lojas / capital de giro	Aval da Editora	Setembro/2014	2,32% a.a. + taxa BNDES (b)
BNDES - FINEM - contrato de fevereiro/2009 subcréditos E/F	Expansão da rede de lojas / capital de giro	Aval da Editora	Setembro/2014	2,32% a.a. + TJLP (a)
BNDES - FINAME - contrato de fevereiro/2009 subcrédito D	Expansão da rede de lojas	Aval da Editora	Setembro/2014	1,42% a.a. + TJLP (a)
BNDES - FINAME - contrato de outubro/2011 subcrédito A/B/C/D/E	Expansão e reforma da rede de lojas / equipamentos e capital de giro	Aval da Editora	Outubro/2016	2,63% a.a. + TJLP (a)
Banco do Brasil S/A - contrato de setembro/2011	Capital de giro	Recebíveis	Março/2012	108 % do CDI
Banco do Brasil S/A - contrato de junho/2011	Capital de giro	Recebíveis	Janeiro/2012	108 % do CDI
Banco do Itaú S/A - contrato de fevereiro/2011	Capital de giro	Aval da Editora	Janeiro/2013	14,82 % aa
Banco do Itaú S/A - contrato de março/2011	Capital de giro	Aval da Editora	Março/2013	14,95 % aa
Banco do Itaú S/A - contrato de maio/2011 em USD com swap para CDI	Capital de giro	Aval da Editora	Abril/2013	104,5 % do CDI
Banco Bradesco S/A - contrato de fevereiro/2011	Capital de giro	Sem aval	Fevereiro/2013	14,97 % aa
Banco Santander S/A - contrato de abril/2011 em USD com swap para taxa prefixada	Capital de giro	Aval da Editora	Abril/2014	15,09 % aa
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Bem arrendado	Outubro/2012	Variação do CDI
Banco IBM S/A	Aquisição de software e hardware	Bem arrendado	Setembro/2016	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 6% (6% em 31 de dezembro de 2010).

- (b) Taxa de referência divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na data de utilização dos subcréditos, que equivalerá ao custo médio representativo das captações de recursos sem vinculação e repasse em condições específicas, bem como instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S.A. - BNDESPar, indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

#### Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

##### a) Contratações

	<u>Editora</u>	<u>Livraria</u>	<u>Consolidado</u>
Valores contratados em 2009	71.940	69.696	141.636
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Atualização monetária	704	736	1.440
Liberações	<u>(114.738)</u>	<u>(90.789)</u>	<u>(205.527)</u>
Saldos a liberar	<u>44.894</u>	<u>49.036</u>	<u>93.930</u>

##### b) Liberações

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contratos celebrados em 2009	11.389	19.758	12.199	47.514
Contratos celebrados em 2011	<u>42.094</u>	-	<u>62.451</u>	-
	<u>53.483</u>	<u>19.758</u>	<u>74.650</u>	<u>47.514</u>

#### Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Editora e para a Livraria

##### a) Contratos celebrados pela Editora e Livraria em 2009

A Editora e a Livraria deverão apresentar anualmente e durante a vigência dos contratos suas demonstrações contábeis anuais auditadas. A Editora, por sua vez, deverá manter os seguintes índices financeiros, relativos às suas demonstrações contábeis consolidadas:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,5 para o exercício de 2009 e 1,7 a partir de 2010.
- Nível de capitalização igual ou maior que 0,43.
- Nível de endividamento igual ou menor que 0,22.

Na hipótese de a Editora não atingir os níveis estabelecidos para os referidos índices financeiros deverá constituir no prazo de 90 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente e garantia pessoal, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.



b) Contratos celebrados pela Editora e Livraria em 2011

A Editora e a Livraria deverão apresentar anualmente e durante a vigência dos contratos, suas demonstrações contábeis anuais auditadas. A Editora, por sua vez, deverá manter os seguintes índices financeiros, relativos às suas demonstrações contábeis consolidadas:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Na hipótese de a Editora não atingir os níveis estabelecidos para os referidos índices financeiros, a Editora deverá constituir no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.

c) Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2011

Os índices financeiros apresentados pela Editora nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

	Contratos 2011		Contratos 2009	
	Exigido	Apurado	Exigido	Apurado
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,80	1,70	1,80
Nível de capitalização maior ou igual	-	-	0,43	0,35
Nível de endividamento menor ou igual	-	-	0,22	0,21
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,65	-	-

Os índices de nível de capitalização para os contratos de 2009 e de endividamento geral para os contratos de 2011 não foram atingidos. No entanto, conforme previsto em contrato, a Editora deverá apresentar garantias reais (contratos 2009 e 2011) e pessoais (contratos 2009) em prazos que variam de 60 a 90 dias conforme contrato, contados da comunicação formal do BNDES.

A Administração da Editora possui habilidade e disponibilidade de apresentar garantias, caso exigidas pelo BNDES, em imóveis, garantia pignoratícia representada pela propriedade de 99,98% das ações da Livraria e garantia pessoal, representada por fiança bancária prestada por instituição financeira de primeira linha.

A Administração da Editora, considerando as cláusulas contratuais aplicáveis ao não atendimento dos índices financeiros, manteve os valores a pagar com o BNDES classificados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os prazos contratuais originalmente pactuados.

### Empréstimos para capital de giro

A Livraria possui em 31 de dezembro de 2011 empréstimos no valor de R\$134.476 (R\$85.424 em 31 de dezembro de 2010) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas. Os encargos financeiros incidentes são calculados com base na variação do CDI, taxas prefixadas e variação cambial.

Os empréstimos contraídos em moeda estrangeira com os Bancos Itaú e Santander (Resolução nº 4.131/62) estão sujeitos a juros e variação cambial pelo dólar norte-americano. Para esses empréstimos foram contratadas operações de “swap”, trocando a variação cambial por variação do CDI para o empréstimo contratado com o Banco Itaú e taxa prefixada para o empréstimo contratado com o Banco Santander.

### Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Financiamentos - BNDES	11.911	8.402	23.895	17.783
Empréstimos para capital de giro	-	-	24.364	7.525
Operação "swap"	-	-	(7.971)	-
Arrendamento financeiro	29	-	346	-
	<u>11.940</u>	<u>8.402</u>	<u>40.634</u>	<u>25.308</u>

## 16. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no “site”, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Em 31 de dezembro de 2011, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$6.701 (R\$7.615 em 31 de dezembro de 2010).

## 17. FORNECEDORES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Nacional	52.443	32.750	299.304	274.083
Exterior	<u>6.102</u>	<u>2.247</u>	<u>8.458</u>	<u>4.993</u>
	<u>58.545</u>	<u>34.997</u>	<u>307.762</u>	<u>279.076</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	923
Parcelamentos ordinários de tributos (a)	454	972	454	972
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.618	3.787	5.492	4.427
Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	38	39	369	413
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09 (b)	-	660	871	3.008
Outros	<u>58</u>	<u>48</u>	<u>543</u>	<u>341</u>
	<u>5.168</u>	<u>5.506</u>	<u>7.729</u>	<u>10.084</u>
Passivo circulante	5.168	5.071	7.729	9.649
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>435</u>	<u>-</u>	<u>435</u>
	<u>5.168</u>	<u>5.506</u>	<u>7.729</u>	<u>10.084</u>

- (a) Parcelamento de dívida instruído em novembro de 2007, na Receita Federal do Brasil, pelo indeferimento de recurso administrativo para o auto de infração que constituiu crédito tributário de CSLL relacionado à dedução do valor de juros sobre o capital próprio da base de cálculo da CSLL, base 1996.

- (b) A Administração da Editora e da Livraria aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e a Livraria formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

## 19. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Editora - BR GAAP							
	<u>31/12/09</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/11</u>
Férias	3.373	5.182	(4.880)	3.675	6.582	(5.786)	4.471
13º salário	-	3.752	(3.752)	-	4.610	(4.610)	-
Salários a pagar	-	39.053	(39.053)	-	46.436	(46.436)	-
FGTS a recolher	720	4.706	(4.672)	754	5.561	(5.308)	1.007
INSS a recolher	2.662	14.184	(14.071)	2.775	16.679	(15.885)	3.569
Participação nos resultados	-	3.236	(3.236)	-	4.601	(4.601)	-
	<u>6.755</u>	<u>70.113</u>	<u>(69.664)</u>	<u>7.204</u>	<u>84.469</u>	<u>(82.626)</u>	<u>9.047</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	<u>31/12/09</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/11</u>
Férias	7.524	11.737	(10.464)	8.797	14.427	(12.589)	10.635
13º salário	-	8.391	(8.391)	-	10.157	(10.157)	-
Salários a pagar	-	88.398	(88.398)	-	107.078	(107.078)	-
FGTS a recolher	1.515	10.606	(10.406)	1.715	12.411	(11.920)	2.206
INSS a recolher	5.735	30.727	(29.827)	6.635	36.382	(34.686)	8.331
Participação nos resultados	-	5.607	(5.607)	-	8.314	(8.314)	-
	<u>14.774</u>	<u>155.466</u>	<u>(153.093)</u>	<u>17.147</u>	<u>188.769</u>	<u>(184.744)</u>	<u>21.172</u>

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Editora e a Livraria discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda considerada como provável por seus assessores jurídicos. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

## Provisões

	Editora - BR GAAP				
	<u>31/12/09</u>	<u>Constituição/ Pagamento</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/11</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	7.495	25	7.520	(74)	7.446
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.033	17	1.050	20	1.070
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	-	243	-	243
	<u>8.771</u>	<u>42</u>	<u>8.813</u>	<u>(54)</u>	<u>8.759</u>

  

	Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	<u>31/12/09</u>	<u>Constituição/ Pagamento</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/11</u>
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	17.037	362	17.399	256	17.655
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.577	46	2.623	54	2.677
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	-	243	396	639
ICMS - Auto de infração (d)	-	-	-	1.603	1.603
	<u>19.857</u>	<u>408</u>	<u>20.265</u>	<u>2.309</u>	<u>22.574</u>

- (a) Ações judiciais impetradas em 1999 pela Editora e Livraria para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$18.101. Em 22 de fevereiro de 2011 houve trânsito em julgado favorável para a ação impetrada pela Editora que discute o alargamento da base de cálculo do PIS. O valor da provisão revertida para o resultado foi de R\$91.
- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Editora e pela Livraria para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Editora e a Livraria reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Editora e a Livraria foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Editora e a R\$1.237 para a Livraria. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 11,04% em 31 de dezembro de 2011(9,37% em 31 de dezembro de 2010).
- (c) Processos trabalhistas da Livraria substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$145; processos cíveis substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes da Livraria, no montante de R\$251; e processos cíveis da Editora, cujo montante estimado de perda é de R\$243.

- (d) A Livraria discute administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. O montante provisionado é de R\$1.603 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 11,04% em 31 de dezembro de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010).

#### Depósitos judiciais

	Editora - BR GAAP				
	<u>31/12/09</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/11</u>
PIS/COFINS (a)	7.855	19	7.874	23	7.897
Processos administrativos - compensação de tributos e outros (b)	5.224	-	5.224	(861)	4.363
Outros processos judiciais e administrativos	1.916	98	2.014	-	2.014
Processos judiciais trabalhistas	<u>1.012</u>	<u>2</u>	<u>1.014</u>	<u>140</u>	<u>1.154</u>
	<u>16.007</u>	<u>119</u>	<u>16.126</u>	<u>(698)</u>	<u>15.428</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	<u>31/12/09</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>31/12/11</u>
PIS/COFINS (a)	17.373	362	17.735	366	18.101
Processos administrativos - compensação de tributos e outros (b)	5.224	-	5.224	(861)	4.363
Outros processos judiciais e administrativos	3.096	1.358	4.454	-	4.454
Processos judiciais trabalhistas	<u>1.270</u>	<u>57</u>	<u>1.327</u>	<u>422</u>	<u>1.749</u>
	<u>26.963</u>	<u>1.777</u>	<u>28.740</u>	<u>(73)</u>	<u>28.667</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Editora e pela Livraria para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.
- (b) Em 5 de maio de 2011 foram levantados depósitos judiciais que amparavam a ação judicial da Editora impetrada para discutir os efeitos do Plano Real - Lei nº 8.880/94 no montante equivalente a R\$1.439.

#### Passivos contingentes

A Administração da Editora e da Livraria discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$82.682, sendo R\$60.122 para a Editora e R\$22.560 para a Livraria (R\$48.899 em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$18.147 para a Editora e R\$30.752 para a Livraria).

#### Obrigações previdenciárias - INSS

Representadas por autos de infração contra a Editora e a Livraria por falta de recolhimento sobre participação nos lucros dos colaboradores, participação nos lucros dos administradores,

artigo 10 da Lei nº 6.404/76, e descumprimento de obrigações acessórias no montante de R\$3.004 (R\$2.031 da Editora e R\$973 da Livraria).

### IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e da Livraria de compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL no montante de R\$29.357 (R\$23.813 da Editora e R\$5.544 da Livraria). Alguns processos estão garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$8.817 (R\$6.377 da Editora e R\$2.440 da Livraria).

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026073-0, impetrada pela Editora, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. O processo transitou em julgado com a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Banco do Brasil realizou essa transferência com a respectiva taxa Selic, em janeiro de 2010, porém opôs Embargos de Terceiro nº 2010.61.00.002790-5 para discutir essa atualização. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$30.130.

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026071-7, impetrada pela Livraria, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo, 2ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. A ação ainda não teve trânsito em julgado, e atualmente é aguardada a finalização do julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, da apelação da União Federal contra a sentença de procedência de 1ª instância judicial. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela Selic. O Juízo determinou essa transferência, porém sem a atualização pela taxa Selic, o que foi realizado em dezembro de 2009. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$12.439.

### ICMS

Auto de Infração nº 3.119.153-8, em trâmite perante a Delegacia Tributária de Julgamento do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Unidade Guarulhos, 1ª Instância, distribuído em 24 de agosto de 2009, tendo como autora a Secretaria da Fazenda contra a Editora, com o objeto de exigência de recolhimento de ICMS relativo aos exercícios de 2006 e 2007, em decorrência das diferenças apuradas entre as operações de remessas e retornos de mercadorias a título de industrialização efetuada por terceiros, fundamentado no artigo 509 do Regulamento do ICMS - RICMS/00. O ICMS exigido refere-se ao suposto desvio de finalidade de operações amparada pela imunidade tributária, prevista no artigo 7º, inciso XIII, do RICMS/00. A Editora apresentou defesa em 20 de setembro de 2009. Em 2 de fevereiro de 2010 foi proferida decisão julgando procedente o Auto de Infração, razão pela qual foi interposto Recurso Ordinário em 1º de março de 2010. No julgamento de 23 de junho de 2010, o Presidente da 10ª Câmara entendeu que deve ser anulada a decisão recorrida, e todos os atos subsequentes em busca da verdade material e antes da prolação de nova decisão o

agente fiscal deve se manifestar sobre as colocações do Relator. Em 19 de novembro de 2010 foi publicada decisão mantendo o Auto de Infração. Em 15 de dezembro de 2010 foi interposto Recurso Ordinário, o qual aguarda julgamento. O montante estimado em discussão é de R\$1.278.

#### Ações cíveis

Ação Indenizatória nº 2009.200807-0, em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 25 de setembro de 2009, Livraria Cultura S.A. e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e a Livraria com o objeto de discutir acerca de suposto plágio de projeto arquitetônico, reprodução desautorizada de conjunto-imagem e eventual concorrência parasitária. Apresentada defesa em fevereiro de 2010. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia. O montante estimado para a saída de recursos para liquidação de obrigações é de R\$1.200.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Editora, no montante de R\$203.653, está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2011, foi aprovada a elevação do capital social para R\$203.653, pela incorporação de R\$12.675 de reserva de lucros, sem modificação do número de ações.

O estatuto social da Editora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.



b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Editora mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria (250.550 em 31 de dezembro de 2010), representadas por R\$4.923 (R\$1.965 em 31 de dezembro de 2010), com valor de mercado de R\$6.547 (R\$20,90 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2011).

Em reunião do Conselho de Administração em 17 de agosto de 2011, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de 150.000 ações preferenciais escriturais de emissão da Editora para permanência em tesouraria. Durante o exercício de 2011, foram adquiridas 150.000 ações a um custo médio de R\$24,29 por ação. Em 5 de outubro de 2011, foi encerrado o Programa de Recompra de Ações iniciado em 18 de agosto de 2011.

Durante o exercício de 2011, foram alienadas 87.300 ações, que estavam em tesouraria, aos beneficiários do 4º Plano de Opção de Compra de Ações, pelo valor total de R\$2.895, sendo R\$685 equivalentes ao custo médio de aquisição e R\$2.210 equivalentes à mais-valia dessas ações registradas em “Reservas de lucros”.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de dezembro de 2011, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$24.839 (R\$0,87824 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. O pagamento aos acionistas será realizado a partir de 30 de abril de 2012.

Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Lucro líquido do exercício	64.920	61.022
Reserva legal	<u>(3.246)</u>	<u>(3.051)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>61.674</u>	<u>57.971</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>15.419</u>	<u>14.493</u>
 Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	 <u>0.54515</u>	 <u>0.51129</u>

O dividendo proposto tem a seguinte composição:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	13.532	12.692
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>1.887</u>	<u>1.801</u>
	<u>15.419</u>	<u>14.493</u>
 Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	 8.267	 6.826
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>1.153</u>	<u>969</u>
	<u>9.420</u>	<u>7.795</u>
 Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	 <u>24.839</u>	 <u>22.288</u>
 Total por ação - R\$	 <u>0.87824</u>	 <u>0.78629</u>

O efeito de juros sobre o capital próprio sobre o cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social no exercício foi uma redução de R\$8.296 (R\$7.444 em 31 de dezembro de 2010).

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2011, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$3.246 (R\$3.051 em 31 de dezembro de 2010) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Editora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 24 de novembro de 2011 foi aprovado o 6º Plano de Opção de Compra de Ações.

Os Planos aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e funcionários e as opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os planos de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e plano	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/10	No exercício findo em 31/12/11		
2007 - 3º Plano	1.330	-	1.330	-
2008 - 4º Plano	1.389	90	1.479	-
2009 - 5º Plano	721	663	1.384	123
2011 - 6º Plano	-	31	31	666
	<u>3.440</u>	<u>784</u>	<u>4.224</u>	<u>789</u>

A movimentação das outorgas de opção de compra de ações durante o exercício de 2011 está apresentada a seguir:

	3º Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano
Total de opções de compra de ações outorgadas - mil	123.800	124.600	125.000	125.000
(-) Exercício de opções de compra de ações - mil (*)	(115.200)	(87.300)	-	-
(-) Opções não exercíveis - mil	(2.200)	(2.100)	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas	<u>(6.400)</u>	<u>(35.200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2011 - mil	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.000</u>	<u>125.000</u>

No período entre 29 de abril e 6 de maio de 2011, foram exercidas opções equivalentes a 87.300 ações do 4º Plano por meio de alienação de ações em tesouraria, pelo valor de R\$2.895.

As opções relacionadas ao 3º Plano foram exercidas entre 23 de abril e 7 de maio de 2010, no montante equivalente a 115.200 ações por meio de alienação de ações em tesouraria, pelo valor de R\$2.656.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	<u>3º Plano</u>	<u>4º Plano</u>	<u>5º Plano</u>	<u>6º Plano</u>
Data da outorga	05/03/07	28/02/08	30/11/09	24/11/11
Início do prazo de exercício das opções	08/03/10	08/03/11	08/03/12	10/03/14
Término do prazo de exercício das opções	07/05/10	07/05/11	10/05/12	30/05/14
Taxa de juro livre de risco	12,01%	12,45%	12,20%	10,26%
Número de administradores e funcionários elegíveis	19	22	27	28
Preço fixado - R\$	21,50	30,00	27,00	25,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.000</u>	<u>125.000</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>11.20</u>	<u>12.61</u>	<u>12.06</u>	<u>5.58</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2011 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.76</u>	<u>25.00</u>

f) Constituição de reserva para futuro aumento de capital

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2011, após a destinação para a reserva legal, no montante de R\$3.246, e da proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante de R\$24.839, foi destinado o montante de R\$36.835 para reserva para futuro aumento de capital, conforme disposição estatutária. Essa destinação será submetida à Assembleia Geral Ordinária.

g) Participação não controladora

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldos no início do exercício	51	63
Participação no resultado do exercício	1	1
Aquisição de ações de não controladores	<u>-</u>	<u>(13)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>52</u>	<u>51</u>

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	547.416	458.985	2.066.861	1.717.523
(-) Impostos incidentes	(102)	(68)	(91.563)	(75.105)
(-) Devoluções	(45.937)	(43.426)	(83.503)	(73.070)
(-) Receita de venda de produtos no estoque da Livraria	-	-	(3.743)	(2.902)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	915	(1.510)
	<u>501.377</u>	<u>415.491</u>	<u>1.888.967</u>	<u>1.564.936</u>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(170.128)	(129.918)	(1.080.230)	(886.269)
Custo dos serviços vendidos	(48)	(28)	(5.368)	(3.813)
Despesa com pessoal e encargos	(80.585)	(65.695)	(216.046)	(174.148)
Honorários dos administradores	(6.168)	(5.893)	(11.571)	(10.652)
Participação dos administradores	(4.620)	(5.485)	(4.620)	(5.485)
Direitos autorais	(50.496)	(43.907)	(50.676)	(44.026)
Propaganda e publicidade	(16.662)	(11.375)	(38.001)	(31.230)
Despesa de aluguel	(6.255)	(4.999)	(52.567)	(45.222)
Condomínio e fundos de promoção	(946)	(860)	(24.096)	(20.923)
Frete e embalagens	(12.025)	(9.706)	(66.852)	(57.900)
Serviços de informática	(6.958)	(5.219)	(16.377)	(12.466)
Viagens e estadias	(4.666)	(3.101)	(6.476)	(5.234)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(9.798)	(8.501)	(9.798)	(8.501)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	(342)	(469)	(21.925)	(21.083)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.509)	(2.759)	(2.351)	(4.060)
Outras	(34.035)	(28.048)	(115.386)	(95.085)
	<u>(405.241)</u>	<u>(325.963)</u>	<u>(1.722.340)</u>	<u>(1.426.097)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias, e dos serviços vendidos	(170.176)	(129.946)	(1.085.598)	(890.082)
Despesas com vendas	(166.050)	(135.995)	(493.301)	(414.809)
Despesas gerais e administrativas	(69.015)	(60.022)	(143.441)	(121.206)
	<u>(405.241)</u>	<u>(325.963)</u>	<u>(1.722.340)</u>	<u>(1.426.097)</u>

## 24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Baixa na venda de ativo permanente	-	-	-	(101)
Sinistro com mercadorias	-	-	(567)	-
Provisão para contingências	-	-	(1.977)	-
Adesão ao parcelamento Lei nº 11.941/09	-	(1.003)	-	(4.538)
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(17)	(25)	(347)	(341)
Baixa de direitos autorais	(321)	-	(321)	-
Cartão private label	-	-	(563)	-
Baixa de impostos a recuperar	-	(330)	-	(330)
Baixa de estoque obsoleto	-	-	(185)	-
Baixa de créditos considerados irrecuperáveis com fornecedores	-	-	(375)	(591)
Outras despesas operacionais	(205)	(265)	(699)	(1.342)
	<u>(543)</u>	<u>(1.623)</u>	<u>(5.034)</u>	<u>(7.243)</u>

## 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita na venda de ativo permanente	87	37	3.531	37
"Royalties" sobre operações com franquia	-	-	245	603
Cartão presente e outros adiantamentos não resgatados por clientes da Livraria	-	-	2.983	2.919
Indenizações por sinistros com mercadorias	2	-	775	434
Vendas de saldos - mercadorias obsoletas	168	208	359	391
Recuperação de despesas administrativas	-	375	-	375
Levantamento de depósitos judiciais	669	93	669	221
Créditos de clientes não reclamados	94	-	94	-
Impostos a recuperar	-	988	-	3.802
Descontos pela adesão ao parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	-	358	-	1.598
Constituição de créditos - PIS/COFINS	-	-	555	-
Reversão de provisões operacionais	-	-	1.292	1.988
Outras receitas operacionais	97	151	457	593
	<u>1.117</u>	<u>2.210</u>	<u>10.960</u>	<u>12.961</u>

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receitas sobre aplicações financeiras	3.130	974	3.284	1.028
Juros sobre empréstimos a controladas	1.824	1.488	-	-
Juros recebidos de clientes	1.135	1.287	1.163	1.307
Juros sobre impostos a recuperar	47	112	411	452
Descontos financeiros obtidos	69	97	125	272
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	20	-	20	-
Outras receitas financeiras	193	139	362	278
	<u>6.418</u>	<u>4.097</u>	<u>5.365</u>	<u>3.337</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(11.940)	(8.402)	(48.605)	(25.308)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(461)	(128)	-	-
Ganho não realizado em operação "swap"	-	-	9.181	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	(1.210)	-
Descontos financeiros concedidos	(1.122)	(1.491)	(2.276)	(2.313)
Outros juros e variações passivas	(3.807)	(2.507)	(9.758)	(5.779)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOC	(311)	(225)	(1.314)	(1.451)
Outras comissões financeiras	(307)	(108)	(506)	(113)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	(345)	(198)	(345)	(198)
Outras despesas financeiras	(41)	(137)	(465)	(901)
	<u>(18.334)</u>	<u>(13.196)</u>	<u>(55.298)</u>	<u>(36.063)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(11.916)</u>	<u>(9.099)</u>	<u>(49.933)</u>	<u>(32.726)</u>

## 27. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2011, a Livraria possuía 101 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Editora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Livraria e dos estabelecimentos comerciais da Editora possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.



O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Despesas de aluguéis	<u>6.255</u>	<u>4.999</u>	<u>52.571</u>	<u>45.222</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$636 (R\$505 em 31 de dezembro de 2010) na Editora e R\$10.367 (R\$8.727 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos desses contratos, em 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$207.002, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Até 31/12/12	54.968
De 01/01/13 a 31/12/13	48.136
De 01/01/14 a 31/12/14	39.472
De 01/01/15 a 31/12/15	29.326
De 01/01/16 a 31/12/16	19.285
Demais vencimentos até 2018	<u>15.815</u>
	<u>207.002</u>

## 28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Editora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias; em face do exposto, o lucro por ação é o mesmo para as ações ordinárias e preferenciais. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):



	31/12/11			31/12/10		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Editora	22.062	42.858	64.920	20.757	40.265	61.022
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (em milhares)						
utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.622	18.692	28.314	9.622	18.666	28.288
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a plano de opções de executivos	-	(2)	(2)	-	(33)	(33)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (em milhares)						
utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.622	18.690	28.312	9.622	18.633	28.255
Lucro líquido por ação - básico - R\$	2,29284	2,29284		2,1572	2,1572	
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	2,29284	2,29254		2,1572	2,1534	

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Editora, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

A estrutura de capital da Editora consiste em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 15), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Total dos empréstimos e financiamentos	129.617	69.917	375.736	241.012
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(84.624)	(58.672)	(101.609)	(65.991)
Dívida líquida	44.993	11.245	274.127	175.021
Total do patrimônio líquido	466.155	424.413	466.207	424.464
Total do capital	511.148	435.658	740.334	599.485
Índice de dívida líquida	8,80%	2,58%	37,03%	29,20%

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Práticas contábeis significativas

Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias de instrumentos financeiros

Editora - BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>
	Valor
	<u>contábil</u>
Ativos financeiros-	
Empréstimos e recebíveis:	
Caixa e equivalentes de caixa	84.624
Contas a receber de clientes	97.414
	<u>182.038</u>
	<u>138.439</u>
Passivos financeiros:	
Empréstimos e financiamentos	128.760
Fornecedores	58.545
Arrendamento financeiro	857
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-
	<u>188.162</u>
	<u>105.076</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>
	Valor
	<u>contábil</u>
Ativos financeiros-	
Empréstimos e recebíveis:	
Caixa e equivalentes de caixa	101.609
Contas a receber de clientes	375.137
	<u>476.746</u>
	<u>350.899</u>
Passivos financeiros:	
Empréstimos e financiamentos	371.517
Fornecedores	307.762
Arrendamento financeiro	4.219
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-
	<u>683.498</u>
	<u>520.250</u>

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período de relatório.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI e TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 15) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período de relatório está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Riscos financeiros

As atividades da Editora e da Livraria estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria da Editora identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora.

e) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e a Livraria estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros.

Em 2011, a Administração realizou operações de empréstimos com taxas de juros prefixadas para proteção contra oscilações do CDI.

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

As receitas da Editora e da Livraria são em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opção de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”), utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida uma importação relevante é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

Em 2010 e 2011 foram realizadas operações com o Banco do Brasil relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano, sem entrega física, conforme segue:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda) registrado (R\$ mil)	
		Na data do contrato	Vencimento		2011	2010
15/01/10	26/03/10	1,7970	1,8008	840	-	3
15/01/10	26/04/10	1,8080	1,7624	840	-	(38)
15/01/10	26/05/10	1,8205	1,8811	840	-	51
23/06/10	21/10/10	1,8585	1,6735	300	-	(55)
04/10/10	30/11/10	1,7184	1,7271	300	-	3
02/09/10	18/01/11	1,7906	1,6818	1.300	20	(162)
17/05/11	27/06/11	1,6545	1,5988	300	(18)	-
04/10/11	31/10/11	1,9040	1,6986	1.430	(294)	-
04/10/11	30/11/11	1,9180	1,8486	480	(33)	-
				<u>6.630</u>	<u>(325)</u>	<u>(198)</u>

Em 31 de dezembro de 2011, não havia operações em aberto, tendo sido a última operação liquidada em 30 de novembro de 2011.

g) Empréstimos em moeda estrangeira

A Livraria captou empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros com o Banco Itaú BBA e Banco Santander, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxa prefixada.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, a operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros prefixada ou sujeita à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Em 31 de dezembro de 2011, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Livraria		Ajuste líquido
			Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Itaú	22/04/13	35.000	US\$	4,35% a.a.	CDI	104,50%	(197)
Santander	08/04/14	20.000	US\$	5,13% a.a.	PRE	15,09% a.a.	(1.013)
		<u>55.000</u>					<u>(1.210)</u>

Em relação aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira com o Banco Itaú BBA, a Livraria está exposta, única e exclusivamente, à variação do CDI. Não há riscos por variação nas taxas de câmbio a serem medidos pela análise de sensibilidade.

- h) Análise de sensibilidade complementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros.

Risco de taxa de juros (\*)

Operação	Risco	Valor		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI:				
Editora	Alta do CDI	85.658	86.184	86.711
Livraria	Alta do CDI	3.718	3.741	3.764
Minha Biblioteca	Alta do CDI	<u>86</u>	<u>87</u>	<u>87</u>
		<u>89.462</u>	<u>90.012</u>	<u>90.562</u>
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI -				
Livraria	Alta do CDI	<u>(157.314)</u>	<u>(158.729)</u>	<u>(160.153)</u>
Arrendamentos financeiros sujeitos à variação do CDI:				
Editora	Alta do CDI	(1.026)	(1.067)	(1.109)
Livraria	Alta do CDI	<u>(4.219)</u>	<u>(4.463)</u>	<u>(4.722)</u>
		<u>(5.245)</u>	<u>(5.530)</u>	<u>(5.831)</u>
Fornecedores sujeitos à variação do CDI -				
Livraria	Alta do CDI	<u>(46.338)</u>	<u>(46.607)</u>	<u>(46.877)</u>
Resultado líquido		(119.435)	(120.854)	(122.299)

(\*) Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

i) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e na Livraria estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$2.496 e R\$3.596 no consolidado (R\$3.432 na Editora e R\$6.915 no consolidado em 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito.

j) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e Livraria para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e a Livraria mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Consolidado - IFRS e BR GAAP				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	307.762	-	-	-	307.762
Financiamentos bancários	116.461	164.544	90.512	-	371.517
Arrendamento financeiro	1.411	805	2.003	-	4.219

k) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e a Livraria à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” da Livraria está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

l) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Empréstimos:		
Utilizado	134.476	85.424
Não utilizado	265.523	214.576
Financiamentos:		
Utilizado	205.527	129.402
Não utilizado	93.930	12.198

m) Valor justo

Os contratos de “swap” de taxa de juros foram classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e considerados de Nível 1 para cálculo do seu valor justo, apurado com base nas negociações em mercado ativo para instrumentos semelhantes, sendo os efeitos registrados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado - IFRS e BR GAAP <u>31/12/11</u>
Valor de mercado	59.692
Valor atualizado	<u>58.482</u>
Ajuste a mercado	<u>1.210</u>

n) Garantias concedidas

	Consolidado - IFRS e BR GAAP <u>31/12/11</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para a Livraria	10.000
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>2.725</u>
	<u>12.725</u>

(\*) As cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$46.

### 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados “Editora” e “Livraria”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento Editora corresponde à edição de livros, formatação de conteúdo digital e desenvolvimento de sistemas de ensino. A distribuição é realizada através de 16 filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O segmento Livraria corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo “site” de comércio eletrônico Saraiva.com.br.

a) Ativos e passivos

		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos dos segmentos:			
Editora		745.394	609.418
Livraria		941.993	764.691
Eliminação da operação entre segmentos		<u>(349.941)</u>	<u>(271.632)</u>
Ativos totais consolidados		<u>1.337.446</u>	<u>1.102.477</u>
Passivos dos segmentos:			
Editora		279.239	185.005
Livraria		657.532	517.964
Eliminação da operação entre segmentos		<u>(65.532)</u>	<u>(24.956)</u>
Passivos totais consolidados		<u>871.239</u>	<u>678.013</u>

b) Resultados

Consolidado - IFRS e BR GAAP				
31/12/11				
	<u>Editora</u>	<u>Livraria</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	501.377	1.441.821	(54.231)	1.888.967
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(170.176)</u>	<u>(967.529)</u>	<u>52.107</u>	<u>(1.085.598)</u>
Lucro bruto	331.201	474.292	(2.124)	803.369
Despesas operacionais	<u>(234.281)</u>	<u>(423.880)</u>	<u>(5.616)</u>	<u>(663.777)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	96.920	50.412	(7.740)	139.592
Resultado financeiro	<u>(11.916)</u>	<u>(38.024)</u>	<u>7</u>	<u>(49.933)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>85.004</u>	<u>12.388</u>	<u>(7.733)</u>	<u>89.659</u>



Consolidado - IFRS e BR GAAP				
31/12/10				
	<u>Editora</u>	<u>Livraria</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	415.491	1.196.954	(47.509)	1.564.936
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(129.946)</u>	<u>(806.432)</u>	<u>46.296</u>	<u>(890.082)</u>
Lucro bruto	285.545	390.522	(1.213)	674.854
Despesas operacionais	<u>(195.316)</u>	<u>(357.405)</u>	<u>(4.849)</u>	<u>(557.570)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	90.229	33.117	(6.062)	117.284
Resultado financeiro	<u>(9.099)</u>	<u>(23.627)</u>	<u>-</u>	<u>(32.726)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>81.130</u>	<u>9.490</u>	<u>(6.062)</u>	<u>84.558</u>

c) Origem das receitas para os segmentos

Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Editora:</b>		
Vendas para o mercado	292.489	273.592
Vendas para o governo	<u>208.888</u>	<u>141.899</u>
	<u>501.377</u>	<u>415.491</u>
<b>Livraria :</b>		
Lojas físicas	924.488	779.195
"Site"	<u>517.333</u>	<u>417.759</u>
	<u>1.441.821</u>	<u>1.196.954</u>
<b>Total</b>	1.943.198	1.612.445
<b>Eliminações</b>	<u>(54.231)</u>	<u>(47.509)</u>
	<u>1.888.967</u>	<u>1.564.936</u>

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

A política adotada pela Editora e pela Livraria considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro, são assim demonstradas:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Lucros cessantes	45.000	45.000
Incêndio - importância máxima por estabelecimento	54.535	54.509
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima por veículo	1.025	1.025

### 32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Editora define como “Caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem essa rubrica estão representados conforme nota explicativa nº 5.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa são como segue:

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Parcela de impostos a recuperar transferida para o longo prazo	-	-	12.744	2.022
Contas a receber pela venda de ativo imobilizado transferido para o circulante	135	1.685	135	1.685
Parcela dos financiamentos transferida para o passivo circulante	32.104	3.423	70.031	5.666
Parcela dos empréstimos para capital de giro transferida para o longo prazo	-	-	49.000	-
Aumento de capital com conversão de empréstimos concedidos à Livraria	30.000	-	-	-
Aquisição de bens por arrendamento financeiro	827	-	3.436	1.139
Parcela de outros passivos transferida para o circulante	689	-	971	-

### 33. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2012 foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2011, estando aprovadas para divulgação.